

MOÇÃO ESTRATÉGICA
AO CONGRESSO NACIONAL DO PSD

PORTUGAL INTEIRO

**COESÃO TERRITORIAL
COMO REFORMA
ESTRUTURAL DO ESTADO**

**VALORIZAR O INTERIOR,
FORTALECER PORTUGAL**

**PROPOSTA DA
COMISSÃO POLÍTICA
DISTRITAL DO PSD
DA GUARDA**



Índice

PORTUGAL INTEIRO	3
Coesão Territorial como Reforma Estrutural do Estado	3
Valorizar o Interior, Fortalecer Portugal	3
PREÂMBULO.....	4
I – UMA CAUSA SOCIAL-DEMOCRATA.....	5
II – O INTERIOR COMO ATIVO ESTRATÉGICO NACIONAL	5
III – TRANSFORMAR POTENCIAL EM DESENVOLVIMENTO.....	6
1. Fiscalidade diferenciada para o Interior	7
2. Programa Nacional de Atração de Empresas.....	7
3. Valorização dos recursos endógenos	7
V – PESSOAS E DEMOGRAFIA.....	8
VI – MOBILIDADE E CONECTIVIDADE	8
VII – UMA REFORMA DO ESTADO PARA O PORTUGAL INTEIRO	9
VIII – CIDADES MÉDIAS COMO MOTORES DO DESENVOLVIMENTO	9
IX – SAÚDE, EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR.....	9
Saúde	9
Educação.....	10
Ensino Superior.....	10
X – SEGURANÇA, FRONTEIRA E SOBERANIA TERRITORIAL	10
XI – O PAPEL ESTRATÉGICO DO DISTRITO DA GUARDA.....	10
XII – UM NOVO COMPROMISSO DO PSD COM PORTUGAL	11
CONCLUSÃO	12



PORTUGAL INTEIRO

Coesão Territorial como Reforma Estrutural do Estado

Valorizar o Interior, Fortalecer Portugal

Moção Estratégica ao Congresso Nacional do Partido Social Democrata

Proponente: Comissão Política Distrital do PSD da Guarda

PREÂMBULO

Portugal não pode continuar a ser um país onde o código postal determina oportunidades, acesso aos serviços públicos e perspetivas de futuro.

Ao longo das últimas décadas, o país cresceu de forma profundamente assimétrica. A concentração populacional, económica e institucional em torno das áreas metropolitanas foi acompanhada pelo progressivo enfraquecimento de vastos territórios do Interior, confrontados com fenómenos persistentes de despovoamento, envelhecimento demográfico, perda de competitividade e redução da presença do Estado.

As consequências estão hoje à vista:

- perda contínua de população;
- diminuição da natalidade;
- envelhecimento da estrutura demográfica;
- encerramento de serviços públicos;
- dificuldade em atrair investimento;
- fragilidade do tecido económico;
- aumento das desigualdades territoriais.

Mas este não é apenas um problema do Interior.

É um problema de Portugal.

Um país que abandona parte do seu território abdica de parte do seu potencial.

A coesão territorial deixou de ser uma política sectorial.

Constitui hoje uma das grandes reformas estruturais que Portugal tem por concretizar.

I – UMA CAUSA SOCIAL-DEMOCRATA

Desde a sua fundação, o PSD afirmou-se como um partido reformista, humanista e profundamente comprometido com a igualdade de oportunidades.

Francisco Sá Carneiro defendia um país mais próximo das pessoas, mais equilibrado e mais justo.

Ao longo da sua história, o PSD liderou alguns dos mais importantes processos de modernização nacional, contribuindo para o desenvolvimento económico, para a consolidação democrática e para a afirmação do Estado Social.

Hoje, os desafios são diferentes.

No século XXI, a igualdade entre cidadãos exige igualmente igualdade entre territórios.

Não pode existir verdadeira justiça social quando o local onde se nasce condiciona o acesso ao emprego, à saúde, à educação ou à mobilidade.

Não existe verdadeira igualdade quando se tratam de forma igual territórios profundamente desiguais.

A valorização do Interior não constitui uma reivindicação regional.

Constitui uma causa nacional.

E constitui uma causa profundamente social-democrata.

II – O INTERIOR COMO ATIVO ESTRATÉGICO NACIONAL

Durante demasiado tempo, o Interior foi encarado como periferia.

Essa visão está ultrapassada.

Num contexto internacional marcado pela transição energética, pela sustentabilidade ambiental, pela reindustrialização da Europa e pela crescente competição entre territórios, o Interior assume uma importância estratégica sem precedentes.

É no Interior que se encontram:

- os principais recursos hídricos do país;
- grande parte da floresta nacional;
- uma parte significativa da produção energética;
- importantes recursos agrícolas e agroalimentares;
- património natural e cultural único;
- vastas áreas disponíveis para investimento;
- a principal ligação terrestre entre Portugal e a Europa.

O Interior não é um problema.

É uma oportunidade.

Valorizar o Interior significa reforçar a competitividade nacional.

III – TRANSFORMAR POTENCIAL EM DESENVOLVIMENTO

Portugal conhece o potencial dos territórios de baixa densidade.

O verdadeiro desafio consiste em transformar esse potencial em riqueza, emprego e fixação de população.

Isso exige visão.

Exige coragem política.

Exige uma estratégia nacional.

Por isso, o PSD deve assumir claramente políticas de discriminação positiva para os territórios de baixa densidade.

Não como privilégio.

Mas como instrumento de justiça territorial.

A valorização do Interior não pode ser entendida como uma política assistencialista.

Deve ser encarada como uma política de crescimento económico, competitividade nacional e afirmação estratégica de Portugal.

IV – COMPETITIVIDADE ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO

1. Fiscalidade diferenciada para o Interior

A competitividade do Interior exige condições próprias.

Defendemos:

- redução significativa da taxa de IRC para empresas sediadas em territórios de baixa densidade;
- benefícios fiscais ao investimento produtivo;
- incentivos às empresas exportadoras;
- redução da tributação sobre trabalho qualificado;
- apoio às *startups* e empresas tecnológicas.

O objetivo é simples:

Tornar o Interior mais competitivo para investir, produzir e criar emprego.

2. Programa Nacional de Atração de Empresas

Portugal precisa de novos polos de desenvolvimento económico.

Propomos:

- zonas económicas de discriminação positiva;
- simplificação administrativa;
- redução dos custos de contexto;
- prioridade ao Interior na localização de projetos industriais estratégicos;
- criação de polos tecnológicos ligados à inovação e sustentabilidade;
- reforço da cooperação entre empresas, municípios e ensino superior.

3. Valorização dos recursos endógenos

O Interior possui recursos únicos que devem ser transformados em valor económico sustentável.

Defendemos:

- apoio às fileiras agroalimentares;
- valorização da floresta e da bioeconomia;
- investimento nas energias renováveis;

- reforço do turismo sustentável, cultural e de natureza;
- valorização dos produtos locais e denominações de origem;
- promoção da economia circular.

V – PESSOAS E DEMOGRAFIA

Sem pessoas não existe território.

Portugal enfrenta um dos maiores desafios demográficos da sua história.

Defendemos:

- programas de apoio à habitação jovem;
- incentivos à natalidade;
- apoio às famílias numerosas;
- incentivos ao teletrabalho;
- programas de regresso dos emigrantes;
- atração de trabalhadores qualificados;
- valorização salarial de funções públicas em territórios de baixa densidade.

O Interior deve voltar a ser um território de oportunidade e esperança para as novas gerações.

VI – MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

Sem acessibilidades não existe desenvolvimento.

Defendemos:

- reforço das ligações ferroviárias internacionais;
- modernização das acessibilidades rodoviárias;
- valorização do Corredor Atlântico;
- cobertura integral de fibra ótica;
- expansão da rede 5G;
- reforço da cooperação transfronteiriça com Espanha.

O Interior não pode continuar afastado das grandes redes de mobilidade e conectividade.

VII – UMA REFORMA DO ESTADO PARA O PORTUGAL INTEIRO

Portugal continua excessivamente centralizado.

A concentração dos centros de decisão em Lisboa gera desigualdades e reduz a competitividade nacional.

O PSD deve liderar uma nova reforma do Estado assente em:

- descentralização efetiva;
- desconcentração dos organismos públicos;
- reforço das Comunidades Intermunicipais;
- maior autonomia dos territórios;
- introdução de critérios de coesão territorial em todos os investimentos públicos.

A presença do Estado em todo o território é uma condição de cidadania e de igualdade.

VIII – CIDADES MÉDIAS COMO MOTORES DO DESENVOLVIMENTO

Portugal necessita de um modelo mais policêntrico.

As cidades médias representam uma oportunidade estratégica para o equilíbrio nacional.

Guarda, Castelo Branco, Viseu, Bragança, Vila Real, Évora e Beja devem afirmar-se como polos complementares de crescimento, inovação e qualidade de vida.

Um país mais equilibrado exige cidades médias mais fortes.

IX – SAÚDE, EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

A coesão territorial também se mede pela qualidade dos serviços públicos.

Defendemos:

Saúde

- incentivos à fixação de médicos;
- reforço dos hospitais do Interior;
- desenvolvimento da telemedicina.

Educação

- valorização do ensino profissional;
- formação adaptada às necessidades dos territórios.

Ensino Superior

Os Institutos Politécnicos do Interior devem assumir um papel central na estratégia de desenvolvimento regional.

X – SEGURANÇA, FRONTEIRA E SOBERANIA TERRITORIAL

O Interior é também um espaço de soberania nacional.

A desertificação humana fragiliza a presença do Estado e compromete a ocupação equilibrada do território.

Importa:

- reforçar as forças de segurança;
- valorizar a Proteção Civil;
- fortalecer os territórios de fronteira;
- aprofundar a cooperação com Espanha;
- garantir a presença institucional do Estado.

XI – O PAPEL ESTRATÉGICO DO DISTRITO DA GUARDA

O distrito da Guarda reúne condições únicas para liderar uma nova geração de políticas públicas para os territórios de baixa densidade.

A Guarda afirma-se como:

- principal porta terrestre de entrada em Portugal;
- eixo de ligação à Península Ibérica e à Europa;
- plataforma logística de enorme potencial;
- território de excelência ambiental e energética;
- espaço privilegiado de cooperação transfronteiriça.

A Guarda pode assumir-se como território-piloto de uma nova política nacional para o Interior.

Mas a Guarda não fala apenas em nome próprio.

Fala em nome das Beiras.

Fala em nome de Trás-os-Montes.

Fala em nome do Alentejo.

Fala em nome de todos os territórios que recusam a resignação.

A voz da Guarda é hoje uma voz em defesa de Portugal Inteiro.

XII – UM NOVO COMPROMISSO DO PSD COM PORTUGAL

O PSD tem a responsabilidade histórica de liderar um novo ciclo político para o país.

Um ciclo baseado em:

- mais ambição;
- mais investimento;
- mais competitividade;
- mais confiança;
- mais proximidade;
- mais coesão.

Precisamos de um país mais equilibrado.

Precisamos de um país onde nascer no Interior não seja sinónimo de menos oportunidades.

Precisamos de um país onde o território seja encarado como um ativo estratégico e não como um problema administrativo.

CONCLUSÃO

O Interior não pede privilégios.

Pede oportunidades.

Não pede favores.

Pede justiça territorial.

Não pede assistencialismo.

Pede condições para competir.

Porque um país que abandona uma parte de si próprio é um país que se enfraquece.

Acreditamos num Portugal mais equilibrado.

Acreditamos num Portugal mais competitivo.

Acreditamos num Portugal mais justo.

Acreditamos num Portugal Inteiro.

Porque valorizar o Interior é fortalecer Portugal.

E porque um país só é verdadeiramente coeso quando ninguém fica para trás.

"Portugal Inteiro" não é apenas uma moção. É um compromisso com todos os portugueses e com todos os territórios.